



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA

LEI Nº 1.151 DE 17 DE ABRIL DE 2020.

FIXA O SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO E DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ICONHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE ICONHA/ES, usando de suas atribuições legais, conforme determina o art. 30 da Constituição Federal/88, bem como nos arts. 70 e 71, da Lei Orgânica Municipal e demais normas que regem a matéria, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal dos Vereadores do Município de Iconha será de R\$ 6.346,02 (seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e dois centavos), em conformidade com o limite previsto no inciso VI, do art. 29 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 1º. O desconto para contribuição previdenciária dos Vereadores será repassado para o Regime Geral de Previdência Social.

§ 2º. Será efetuado desconto de Imposto de Renda Retido na Fonte, a ser recolhido ao erário municipal por força do Art. 158, I da Constituição Federal.

Art. 2º. Ao Presidente da Câmara, em razão de suas atribuições, fica atribuído subsídio mensal diferenciado no valor de R\$ 6.638,98 (seis mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos).

Art. 3º. O subsídio mensal do Prefeito Municipal de Iconha será de R\$14.558,17 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos).

Art. 4º. O subsídio mensal do Vice-Prefeito fica fixado no valor de R\$ 7.279,09 (sete mil, duzentos e setenta e nove reais e nove centavos).

Art. 5º. O subsídio mensal dos Secretários Municipais fica fixado em R\$5.794,70 (cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais e setenta centavos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA

Art. 6º. Os subsídios de que trata esta Lei, serão revistos anualmente, por Lei específica, na mesma data e sem distinção de índices concedidos aos servidores públicos municipais, observados os limites previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Art. 7º. O Vereador ausente em Sessão Ordinária, sem motivo justificado, terá descontado parcela de valor correspondente à fração do subsídio correspondente ao número das referidas Sessões realizadas durante o mês.

§ 1º. O desconto disposto no caput do artigo não incidirá no subsídio do Vereador presente à Sessão não realizada por falta de quorum, ausência de matéria a ser votada ou durante o recesso parlamentar.

§ 2º. A ausência injustificada do Vereador à sessão extraordinária, convocada nos termos regimentais, implica no desconto de 10% (dez por cento) do valor fixado no Artigo 1º, por sessão extraordinária, na folha de pagamento imediatamente posterior a data de sua ausência.

§ 3º - As faltas às Sessões poderão ser justificadas e o subsídio deverá ser pago em sua totalidade quando, comprovadamente, o Vereador deixar de comparecer por estar representando oficialmente o Legislativo em atos externos, nos casos de doença, mediante atestado médico que deverá ser apresentado no prazo de até 05 (cinco) dias da ocorrência da falta, por caso fortuito ou força maior.

§ 4º. Os benefícios previdenciários dos Vereadores serão concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 8º. O Chefe do Poder Executivo e o Chefe do Poder Legislativo poderão pagar 13ª (décima terceira) parcela de subsídios aos Agentes Políticos, a ser efetuado no final de cada ano, no mês de dezembro, devendo ser proporcional aos meses de efetivo exercício.

Art. 9º. Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder reduções ou limitações nos valores dos subsídios fixados para os Vereadores, sempre que o total das despesas com pessoal atingir os limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000 e/ou comprometer os limites legais estabelecidos pela Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA

Art. 10. É vedado o pagamento de quaisquer parcelas indenizatórias em razão da convocação da Câmara Municipal para Sessão Extraordinária e nos períodos de recesso legislativo.

Art. 11. Será considerado pagamento indevido o valor que ultrapassar o subsídio estabelecido nos termos desta Lei, ficando o favorecido obrigado a repor aos cofres municipais o valor apurado como irregular, com a devida correção monetária.

Art. 12. Os recursos destinados à execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 13. O total da despesa com os subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do município, nos termos do Art. 29, VII da Constituição Federal.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iconha, aos 17 (dezesete) dias do mês de abril de 2020 (dois mil e vinte).

João Paganini
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA-ES

LEI Nº 1.390 DE 21 DE JUNHO DE 2023.

AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A REVISÃO DAS REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ICONHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICONHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais, conforme determina o art. 30 da Constituição Federal, bem como os arts. 70 e 71, da Lei Orgânica Municipal e demais normas que regem a matéria, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fixa a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Município de Iconha, que prestem seus serviços na Administração Pública Direta (Poder Executivo e Poder Legislativo) e nas autarquias, no percentual de 4,67% (quatro vírgula sessenta e sete por cento).

§ 1º. A revisão da remuneração dos servidores públicos municipais descritos neste artigo contar-se-á a partir de 1º de junho de 2023.

§ 2º. A revisão geral anual, prevista nesta Lei, é extensiva aos aposentados e pensionistas do Município amparados pela paridade constitucional.

§ 3º. A revisão geral anual, prevista nesta Lei, é extensiva aos proventos de aposentadorias e as pensões não amparados pela paridade constitucional.

§ 4º. Ficam excluídos da revisão descrita na presente lei, os profissionais do magistério que foram contemplados com o plano de revisão salarial, de acordo com a Lei Complementar nº 050 de 13 de abril de 2023, inclusive os aposentados e pensionistas amparados pela paridade constitucional.

§ 5º. A revisão geral anual, prevista nesta Lei, é extensiva aos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários, Chefe de Gabinete do Poder Executivo, Presidente do IPASIC e Diretor do SAAE).

§ 6º. A revisão geral anual, prevista nesta Lei é extensiva às gratificações instituídas pelas Leis nº 1.325 e nº 1.326 de 1º junho de 2022 e serão reajustadas automaticamente, na mesma época e nos mesmos percentuais concedidos aos servidores públicos municipais.

§ 7º. A revisão geral anual, prevista nesta Lei é extensiva aos valores apurados a título de Estabilidade Financeira, previsto na Lei nº 700 de 14 de junho de 2012 e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA-ES

incorporado a remuneração do servidor em rubrica própria, reajustado automaticamente, na mesma época e nos mesmos percentuais concedidos aos servidores públicos municipais.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, que serão suplementadas, caso necessário, ficando, desde já, o Poder Executivo autorizado a promover os ajustes necessários no orçamento vigente na época da liquidação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iconha, aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho do ano de 2023 (dois mil e vinte e três).

GEDSON BRANDÃO PAULINO
PREFEITO MUNICIPAL